

A EMERGÊNCIA DAS MULHERES NA AÇÃO COMUNITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA COLETIVA¹²⁴

EMERGENCY OF WOMEN IN COMMUNITY ACTION: A COLLECTIVE EDUCATIONAL EXPERIENCE

Thaís Teixeira da Silva¹²⁵
Liliane Madruga Prestes¹²⁶

Resumo

Este artigo apresenta um recorte da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Porto Alegre, a qual constou de realização de um curso de extensão com a participação de lideranças comunitárias. O objetivo foi promover um espaço formativo para mulheres, valorizando o protagonismo através das narrativas de experiências e trajetórias de vida das lideranças comunitárias femininas do contexto pesquisado, a saber, o Bairro Restinga em Porto Alegre. Os dados produzidos foram sistematizados num produto educacional, disponível no Portal eduCAPES¹²⁷, no qual compartilhamos subsídios teóricos e metodológicos com o intuito de inspirar o desenvolvimento de outras em diferentes contextos educacionais.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismos. Espaços não-escolares da EPT. Lideranças comunitárias. Bairro Restinga.

Abstract

This article presents an excerpt from the research carried out in the Professional Master in Professional and Technological Education at IFRS - Campus Porto Alegre, which consisted of an extension course with the participation of community leaders. The objective was to promote a training space for women, valuing the protagonism through the narratives of experiences and life trajectories of female community leaders in the researched context, namely the Bairro Restinga in Porto Alegre. The data produced were systematized in an educational product, available on the eduCAPES Portal, in which we share theoretical and methodological inputs in order to inspire the development of others in different educational contexts.

Keywords: Women. Feminisms. EPT Non-School Spaces. Community Leadership. Restinga neighborhood.

¹²⁴ Artigo referente à Dissertação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Porto Alegre.

¹²⁵ Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre (2019). Produtora cultural no Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Restinga. E-mail: thatdasilva@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-7023-2470>.

¹²⁶ Professora no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre. E-mail: liliane.prestes@poa.ifrs.edu.br; <https://orcid.org/0000-0002-2570-8502>.

¹²⁷ Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/560950>. Acesso em 15/05/2020.



Por e para mulheres: uma breve introdução

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre” (Simone de Beauvoir).

Lugar de fala. Sororidade. Feminismo. Alteridade. Igualdade. Interseccionalidade. Palavras complicadas, ou nem tanto. Que transitam diariamente em nossas vidas. Mas são palavras que só fazem sentido se colocadas em prática para além de estudos acadêmicos e universitários.

Com base em tais considerações iniciais, apresentamos aqui um recorte da pesquisa que culminou no Curso de Extensão “A emergência das mulheres na ação comunitária; narrativas, feminismo e direitos humanos”, ministrado no Campus Restinga do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), como produto do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFRS - Campus Porto Alegre. A escolha de tal temática o entendimento de que as mulheres podem desconstruir um mundo fundado em relações competitivas e patriarcais.

Para tanto, partimos do entendimento de gênero enquanto relacional e permeado por relações de poder, conforme definido por Scott (1995, p. 75).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

No contexto da sociedade brasileira, as relações de gênero têm sido, ao mesmo tempo, potencializadas e potencializadoras de desigualdades sociais, o que acarreta uma permanente luta em prol da garantia de direitos. Em decorrência disso, destacamos a relevância da presente pesquisa a qual busca o fortalecimento mútuo das mulheres enquanto coletivo para que possamos atuar enquanto alicerces na transformação do mundo. Para tanto, é preciso reconhecermos a interseccionalidade inerente a determinados aspectos sociais. Tal conceito nos remete aos estudos de Akotirene (2019), a qual ressalta que tal termo foi cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw. No entanto, somente a partir de 2001 passou a ter

notoriedade acadêmica, após ter sido utilizado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial. Mais do que uma palavra, a autora ressalta que a interseccionalidade consiste numa ferramenta metodológica e analítica decorrente de um posicionamento do feminismo negro diante das opressões, o que por sua vez, coloca em xeque a ideia de um feminismo global e hegemônico com voz única (p. 14).

A partir das experiências compartilhadas no contexto pesquisado, o estudo convida à reflexão acerca da participação de mulheres nos espaços públicos e, em especial, na história de conquistas de uma comunidade específica, a saber, o bairro Restinga, em Porto Alegre. Cabe destacar que o espaço acadêmico está repleto de saberes canônicos, advindos de anos de estudos, mas muitas vezes encerrados em salas de aula ou em pesquisas que não chegam até as populações que mais demandam. Sua linguagem chega de maneira deturpada pela mídia ou por agentes sociais que desconhecem e manipulam os conceitos, gerando noções baseadas em senso comum. Ainda, a academia se distancia espacial e conceitualmente da vida comunitária, popular, seja pela dificuldade de financiamento a projetos que saiam de dentro de seus prédios, seja pela linguagem utilizada nestas ações, seja por questões relacionadas a situações pouco debatidas internamente em relação a ações e projetos se darem mais de forma autoral e menos coletiva e colaborativa com as comunidades em que atuam, pressupondo um conhecimento sobre e não com.

Diante do exposto, a proposta de produto educacional resultante da pesquisa no contexto da Restinga teve como intenção trazer ao espaço acadêmico as falas, as trajetórias e as narrativas relacionadas às lutas das mulheres do bairro a partir de seus lugares de fala. Visou oportunizar-lhes um espaço de fala institucional ao mesmo tempo em que aproxima instituição e comunidade, em articulação de saberes, promovendo experiências de trocas de conhecimentos em diferentes perspectivas, sejam de raça/etnia, classe social ou gênero.

Ao mesmo tempo, o trabalho pretendeu alcançar espaços de articulação de saberes originários nos campos acadêmicos e populares, com sua execução foi possível abordar uma formação acadêmica relacionada a gênero e feminismo. A (in)visibilidade do trabalho de mulheres é um dos pilares do movimento feminista. Características como cuidado são tidas como inerentes à condição feminina, em que pese esta condição ser social, colaborando como um dos principais fatores que entravam a luta por igualdade e equidade de gênero ao retirar das esferas públicas, seja profissional, acadêmica ou política, mulheres que possam de alguma

forma, além de reivindicar, exercer o pleno poder decisório sobre assuntos relacionados a pautas próprias.

A situação de mulheres moradoras de locais de difícil acesso às políticas públicas e com baixo desenvolvimento econômico e social e pouco investimento de serviços públicos é ainda emblemática de outro ponto de vista, pois embora tenham uma forte atuação nos movimentos comunitários, encontram-se ainda subalternizadas em relação ao conhecimento técnico e visibilidade política (partidária ou não) das suas conquistas. São protagonistas nas lutas, mas invisibilizadas nas conquistas institucionalizadas. Sua atuação é, em especial, decorrente ainda das demandas de (falta de) cuidado (do poder público). Tal realidade é enfatizada nos estudos realizados por Franco (2017, p.93), a qual destaca que:

Ainda que se vivam realidades nas quais se destacam a baixa oferta de vagas nas creches e nas escolas; a procura, na primeira fase da juventude, de uma vaga no mercado de trabalho; o baixo acesso às artes, ao estudo de línguas, a ambientes que ampliem conhecimentos acumulados na história da humanidade, pode-se identificar que as periferias se marcam pela criação de múltiplas inteligências e as mulheres ocupam localização estratégica nesse processo.

Todavia, não raras vezes, a conquista pelo espaço público pelas mulheres além de ser inviabilizada também é violentamente reprimida e exterminada. Exemplo disso, é o caso da cientista social e vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em 2018 por milicianos ligados ao poder paralelo, e uma das expoentes na luta para que estas mulheres invisíveis ao Estado e à sociedade se tornem protagonistas. Mulheres como ela, que lutam/ram contra a opressão decorrente da falta de estrutura social e pública que as possibilitem participação nos espaços de disputa de poder, trazem à centralidade o seu protagonismo na transformação de uma realidade de carência, violência e vulnerabilidade que as regiões periféricas vivenciam com mais agressividade. Esta situação é empiricamente percebida nos espaços de participação e de construção de alternativas que contam com a posição fundamental de mulheres do bairro Restinga.

Aliada à necessidade de oportunizar o acesso a um espaço institucionalizado de fala considerando o seu protagonismo, no decorrer do estudo, em muitas conversas e reuniões constatou o envelhecimento desta participação, com pouca renovação das lideranças. Frente a isso, a elaboração do produto educacional no formato de curso de extensão, objeto da reflexão deste artigo, buscou realizar a formação de novas lideranças comunitárias a partir do

(re)conhecimento dos saberes adquiridos nas trajetórias de mulheres atuantes na comunidade, bem como traçar uma interlocução entre estas vivências e experiências e os saberes academicamente construídos, democratizando tanto o acesso à instituição na proposição, elaboração e exercício do curso quanto na linguagem a ser trabalhada junto às participantes inscritas.

No contexto comunitário, o recorte de gênero é inerente à própria vida destas mulheres. Forjadas na necessidade do cuidado, tido como inerente à condição feminina, retiradas muitas vezes do mundo do trabalho por questões de classe ou territoriais, para além da questão de gênero, formadas em questões relacionadas à posição da mulher na sociedade e na comunidade acabaram sendo o fio condutor do trabalho.

A construção da experiência política e de cidadania ultrapassa os muros da escola e se dá em meio às micro e macro-comunidades em que habitamos ou com as quais nos relacionamos. É um processo pelo qual passamos culturalmente e individualmente. É cultural porque envolve nossa participação de maneira orgânica, mesmo que em muitos casos indesejada, na vida política, a partir das mais variadas decisões do cotidiano que somos obrigadas a tomar. Mas também é processo individual porque necessita do engajamento e, principalmente, da reflexão e conhecimento sobre qual é a nossa perspectiva de ver e estar no mundo. Portanto, a proposta buscou destacar o conhecimento de lideranças comunitárias, pautou as ações desenvolvidas enfatizando o compromisso com a formação a partir das experiências de vida constituídas nos espaços públicos de suas comunidades. O recorte de gênero toca necessariamente uma das mais preocupantes situações de desigualdades que acontecem hoje no mundo. Estas mulheres, líderes comunitárias, traçaram suas trajetórias em comunidade apesar dos espaços públicos serem majoritariamente masculinos e masculinizados. Reconhecer suas vozes é torná-las potentes em suas trajetórias e promover espaços coletivos em que suas falas, experiências e saberes tenham a mesma relevância que os saberes acadêmicos ou masculinos, em que pese, sejam construções sociais. Nossa sociedade apresenta um espaço público generificado e oportunizar a emergência do conhecimento produzido por mulheres é de vital importância para a construção de equidade de gênero nas mais diversas áreas da dimensão humana. Torna-se igualmente importante trazer vozes femininas que tenham algo a dizer e a nos tocar, que sejam valorizadas e

promovidas enquanto sujeitos políticos, em que pese as experiências antidemocráticas que vivenciamos quando somos chamadas à visibilidade.

Em relação à institucionalidade na qual o curso foi aplicado (Instituto Federal) torna-se relevante a intersecção do saber construído a partir dos espaços não formais e informais de educação com uma instituição hierarquizada academicamente, além de predominantemente masculina no que tange à participação de meninas e mulheres em cursos técnicos tanto como estudantes como docentes. Valorizar um conhecimento forjado na experiência de vida, reverenciando-o a partir do reconhecimento desta trajetória é oportunizar com que sua potência seja alcançada por outras pessoas e possam tornar-se também objeto de sistematização e difusão.

Reiteramos que o texto aqui apresentado é um recorte da pesquisa, no qual tivemos a pretensão de oportunizar a visibilidade e o protagonismo das mulheres participantes. Aliado a isso, buscamos subsidiar a reflexão a partir da experiência de oportunizar um espaço de formação de mulheres em estudos de gênero, feminismos e participação comunitária, valorizando trajetórias narradas a partir de suas próprias vozes e reconhecendo saberes e experiências.

Itinerário coletivo: novas metodologias em educação

Os primeiros contatos com mulheres que compõem movimentos sociais e políticos do bairro Restinga ocorreram no segundo semestre de 2018. Na ocasião, foi apresentada a proposta do Curso de Extensão voltado ao protagonismo das mulheres na ação comunitária e suas narrativas articulando com estudos feministas. Foram relacionadas algumas lideranças comunitárias femininas com base na sua atuação, e selecionadas cinco, seguindo alguns critérios estabelecidos no projeto, a fim de limitar o escopo do trabalho de pesquisa inicialmente. Os critérios eram de haver ligação com o Campus Restinga pela comissão de implantação do Campus ou terem feito parte do Conselho de Campus; atuarem como lideranças ou representantes em organizações, conselhos ou movimentos no bairro; e de trabalharem com ações relacionadas às mulheres de maneira direta ou transversal; além da disponibilidade em aceitar a participação na proposta de pesquisa, que consistia, além da entrevista, a participação como colaboradoras e ministrantes no curso.

As entrevistas foram realizadas em encontros ao longo do mês de abril de 2019, nos quais participaram mulheres líderes da comunidade da Restinga, a saber, Maria Guaneci, Almerinda, Djanira, Cláudia e Maria Salete. O roteiro das entrevistas teve como foco a escuta das participantes com relação às suas trajetórias individuais e coletivas, em especial, dentro dos movimentos sociais comunitários. Englobou ainda suas perspectivas de mulher e sociedade, mulher e política, bem como suas histórias relacionadas ao bairro Restinga. Realizadas as entrevistas, foi possível perceber algumas convergências, tanto de trajetórias quanto de interesses e conhecimentos que poderiam ser ministrados no curso, cujo objetivo foi promover a formação de mulheres articulando suas trajetórias com conceitos e estudos sistematizados na academia relacionados à história e condição da mulher na sociedade e, em especial, em posições de representação comunitária.

Com base nestas convergências das entrevistas, foi estruturada a proposta do curso, contemplando os seguintes eixos temáticos: 1. Identidade, gênero e feminismo; 2. Empoderamento e lugar de fala; 3. Direitos Humanos e legislação e 4. Coletividade, liderança e participação. Cada um destes eixos foi desenvolvido através de uma oficina realizada nas dependências do Campus. Foi acrescentado ainda um eixo de avaliação e validação da proposta de modo qualitativo. Inicialmente, foram realizadas entrevistas individuais com as lideranças investigando suas trajetórias pessoais e no contexto do Bairro. Tal proposta foi construída com a participação das mulheres líderes comunitárias mediante dois encontros coletivos que antecederam o curso. Após a finalização da execução e com base nas avaliações, os resultados foram sistematizados gerando um produto educacional, a saber, uma cartilha disponibilizada no portal EduCAPES.

Quanto ao desenvolvimento do curso, o público-alvo eram mulheres jovens, adolescentes e adultas, estudantes ou não do campus Restinga, e oferecemos 25 vagas. Após o período de inscrição, com ampla divulgação no site e nas redes sociais do Campus Restinga e grupos de redes sociais nos quais participamos, chegamos a 26 inscritas. Todavia, no primeiro encontro compareceram 8 mulheres. Finalizamos no dia, com 7 participantes, além das lideranças comunitárias. Com relação à adesão, refletimos sobre os horários propostos para os encontros terem sido sextas-feiras, às 18h30, e sábados, às 8h30min, o que talvez tenha dificultado o acesso de pessoas que trabalham e estudam durante a semana. Da mesma forma, o curso teve início em final de semestre letivo do Campus Restinga, bem como no auge

do frio rigoroso do inverno gaúcho. Cabe ressaltar que apesar disso, houve uma intensa participação das mulheres presentes nas ações e debates realizados, o que é evidenciado nas avaliações que fizeram ao término do curso.

Outrossim, informamos que a pesquisa foi inicialmente cadastrada na Plataforma Brasil tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRS. Todas as participantes autorizaram a utilização de seus relatos e/ou imagens para fins de divulgação dos resultados parciais e/ou final. Para tanto, foi preenchido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo os protocolos e normas institucionais da ética na pesquisa com seres humanos. Destacamos ainda que a divulgação de excertos dos relatos visa contemplar ao pedido das próprias participantes que foram as protagonistas no decorrer deste estudo.

“Eu aprendi a lutar”

Maria Salete é costureira, tem 65 anos, moradora da Restinga Velha, num dos principais pontos do tráfico do bairro e próxima a uma das principais áreas conflagradas da Restinga. Não tem o Ensino Médio completo e, segundo seu próprio relato, sua trajetória de conhecimentos é pautada pelas experiências de vida, na sua maternagem e com os diversos cursos e ações dos quais participou.

Eu cheguei a 8 filhos sem me dar para conta... porque hoje quando eu trabalho com mulheres eu vejo que tu critica uma mulher mas tu não sabe o que psicologicamente aquela mulher passa pra atingir, para chegar a esse ponto (Maria Salete, 2019).

Salete foi secretária da Comissão de Implantação da Escola Técnica de Porto Alegre (hoje IFRS - Campus Restinga) na Restinga. Organizada, comprometida, com uma sabedoria conquistada entre vivências e cursos.

“Na minha vida toda eu ajudei outras mulheres”

Ser uma liderança comunitária hoje, eu percebo que é uma grande responsabilidade. Porque ao longo desses anos tu foi buscando formação, conhecimento e as pessoas buscam em você na hora que elas precisam numa determinada dificuldade... é um apoio (Maria Guaneci, 2019).

Maria Guaneci é assertiva e responsável. Aos 61 anos, ela coordena um dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas da Restinga. Formada em Serviço Social, mãe de dois filhos, foi a presidente da Comissão de Implantação da Escola Técnica na Restinga. Participou da equipe técnica da Organização não-governamental Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos e frequentou vários cursos, além de ministrar outros tantos. Sua principal atuação hoje é na área da Assistência Social e na política de direitos das mulheres.

“Eu aprendi com meu pai ser voluntária o resto da vida”

Almerinda tem 57 anos, é presidente de uma Associação de Moradores numa das localidades do bairro Restinga, no qual coordena Fórum Regional de Segurança. Ela foi representante da associação no Conselho do IFRS - Campus Restinga, onde atuou como parceira no programa de extensão Mulheres Mil.

Eu me vejo uma mulher pequenininha mas grande, que eu consigo, que eu consigo muita coisa. Então cada coisa que eu consigo realizar não só pra mim, pras minhas colegas, pra minha comunidade, aquilo ali me engrandece cada vez mais (Almerinda, 2019).

“Enquanto eu estiver lutando é sinal que eu tô viva”

A Djanira, 66 anos, conta que trabalha desde os 9 anos de idade, quando ganhou seu primeiro salário na casa de uma família que tinha como responsabilidade a educação dela em um acordo com sua mãe. Mas ela só conseguiu concluir o ensino fundamental por volta dos 50 anos, já moradora da Restinga. Mais conhecida como Dja, ela foi coordenadora e vice-coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, participou da comissão que trabalhou para levar um hospital para a Restinga e integrou a comissão de implantação da Escola Técnica na Restinga. Ela afirma: “Eu acho que depois que tu começa a participar, aquilo te dá uma força assim. É... não sei, quando a gente se une assim a gente parece que tem mais ânimos, por isso que eu comecei a participar” (Djanira, 2019).

“Eu não sou uma super mulher, nem quero ser”



Cláudia tem 48 anos e adora falar. Ela é mãe do Pablo e do Ramon. Ela foi aluna do curso de auxiliar administrativo do Programa Mulheres Mil ofertado no campus e, posteriormente, do Proeja em Recursos Humanos, título que ostenta com orgulho desde o final de 2017.

Daí ela perguntou: "Qual é a tua formação?" Fiquei olhando pra ela assim e pensando... E a mulher acho que ficou estranhando né... E eu fiquei assim... ah, eu sou formada em RH... aí disse toda orgulhosa: Técnica em Recursos Humanos no ensino médio (Cláudia, 2019).

A breve descrição das líderes comunitárias participantes do estudo visa promover a escuta das mesmas, ou seja, parte da necessidade e da relevância de darmos voz às mulheres. Torná-las visíveis é reconhecer quem são e valorizar suas falas e trajetórias enfocando a atuação que tiveram junto à comunidade, o que muitas vezes é desconhecido pelas novas gerações de meninas e jovens que frequentam o Campus. Tal abordagem vai ao encontro do proposto por Djamila Ribeiro (2017) ao focar o que é lugar de fala na abordagem das relações entre gênero e raça, cujas análises, as quais retomamos no relato das ações desenvolvidas.

Na sequência, de forma sucinta, apresentamos duas das cinco oficinas realizadas durante o Curso de Extensão.

Oficina 1 - Narrativas e feminismos

O curso teve início com a Oficina 1 - cuja temática foi Narrativas de Identidade, Gênero e Feminismos. No decorrer as ações desenvolvidas problematizamos a universalização da categoria mulher difundida pelo movimento feminista hegemônico. Para contrapormos tal perspectiva nos inspiramos em intelectuais negras, latinas e caribenhas, entre as quais citamos Bell Hooks (1981), cujo título da obra remete ao famoso discurso de Sojourner Truth (abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher) no qual questiona: "E eu não sou uma mulher?". Ao apresentar uma retrospectiva histórica do movimento de mulheres negras, a autora enfatiza a importância de considerarmos interseccionalidade entre gênero, sexismo e raça a fim de rompermos com a (in) visibilidade

e opressão. Ao escrever em primeira pessoa e trazer narrativas de seu cotidiano, a autora nos convoca à reflexão acerca do protagonismo e do lugar de fala.

Desde do início do meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei incomodada pela insistência das mulheres brancas liberacionistas que a raça e o sexo eram duas questões separadas. A minha experiência de vida mostrou-me que as duas questões são inseparáveis, que no momento do meu nascimento, dois fatores determinaram o meu destino, ter nascido negra e ter nascido mulher. Quando entrei na minha primeira turma de estudos de mulheres na Universidade de Stanford, no início dos anos setenta, uma turma ensinada por uma mulher branca, eu atribuí a ausência de trabalhos escritos por ou sobre mulheres negras à professora ser condicionada como uma pessoa branca numa sociedade racista em ignorar a existência de mulheres negras e não por ela ter nascido mulher. Durante esse tempo exprimi às feministas brancas a minha preocupação sobre tão poucas mulheres negras tinham vontade em apoiar o feminismo. Elas responderam dizendo que conseguiam perceber a recusa das mulheres negras em envolverem-se na luta feminista porque já estavam envolvidas na luta pelo fim do racismo. Enquanto encorajei mulheres negras em tornarem-se em feministas ativas, foi-me dito que não deveríamos apoiar mulheres feministas liberacionistas porque o racismo era a força opressiva nas nossas vidas – não o sexismo. Para ambos os grupos eu disse a minha convicção, de que a luta para acabar com o racismo e a luta para acabar com o sexismo estão naturalmente entrelaçadas e fazê-las separar era negar uma verdade básica da nossa existência, que a raça e o sexo são ambos faces imutáveis da identidade humana. (HOOKS, 1981, p.12)

A narrativa acima apresentada nos remete à obra de Djamilia Ribeiro (2017), na qual enfatiza que todas as mulheres possuem um lugar de fala. Todavia, precisamos estar atentas para as hierarquias produzidas a partir deste lugar e como impactam na constituição dos lugares de grupos subalternizados. Em particular, no contexto brasileiro atual, implica considerar que

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos dizendo, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu, para parafrasear Walter Benjamin, em Teses sobre o conceito de história. Estamos apontando para a importância de quebra de um sistema vigente que invisibiliza essas narrativas (RIBEIRO, 2017, p.86).

Com base em tais entendimentos, pautamos a pesquisa na escuta às participantes durante todas as etapas, ou seja, desde o planejamento, execução e avaliação das ações do curso de extensão.

No caso da primeira oficina, iniciamos com a realização de uma dinâmica, na qual cada participante se colocou diante de um espelho e, na sequência, estabeleceu um diálogo consigo. Neste processo dialógico de autodescoberta foi desafiado a refletir sobre quem é, o que faz e onde está. Tal experiência gerou além da própria apresentação ao grupo, um momento de conexão e empatia entre as participantes. Foi um momento de construção de uma identidade coletiva do grupo, a partir das trajetórias narradas nestes breves minutos de auto- apresentação. Enquanto as narrativas de si fluíam, eu anotava num cartaz as palavras e frases que emergiram daquele momento de escutas de si mesmas e das outras. Com esta dinâmica, percebemos na história narrada da outra um pouco de cada uma de nós e como, em dado momento, estas narrativas foram invalidadas pelos discursos que agenciam as identidades a partir de relações de poder de sujeitos tidos como o padrão universal, hegemônico e dominante. Percebemos após a dinâmica, a dificuldade de nos reconhecermos e dedicarmos tempo à nossa própria escuta e a da outra, em que podemos narrar e tecer reflexões do quanto a nós é imposto perante os discursos que nos invadem pela sociedade através da escola, da mídia, da família e dos espaços institucionais.

Atuando neste sentido, podemos perceber uma série de artefatos que reforçam identidades, que esgotam o diferente e que as transformam em algo fixo. Se sou mulher, sou frágil; se sou homem, não choro. Estas representações, quando relacionadas ao gênero, produzem scripts (Felipe, 2019) aos quais somos sujeitados/as ao longo da nossa trajetória até que algo, em geral vindo dos movimentos e estudos feministas, nos toque e nos diga que isso é cultural. Nos relatos experiências de vida constatamos tais scripts de gênero a que somos submetidas antes mesmo de nascermos e, neste enfoque, a autora evidencia que

Poderíamos então entender os scripts de gênero como roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescrevem as condutas dos sujeitos. Quando os scripts são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo (re) escrever seus próprios scripts. Tais expectativas das mais

diversas ordens vão sendo tecidas e muito bem tramadas ao longo das nossas vidas por diversos discursos (religioso, médico, psicológico, jurídico, midiático) e instituições (família, escola, igreja, etc.), dizendo-nos como devemos ser e nos comportar pelo fato de termos nascido com determinada genitália (2019, p. 241).

A partir do conceito de script de gênero, construímos conjuntamente um quadro com tarefas, funções e representações ocupadas histórica e culturalmente por mulheres e homens. Depois invertemos a ordem. Algumas reflexões surgiram sobre como determinadas situações estão mudando em alguns contextos, mas de maneira muito incipiente ainda. E que a inversão apenas dos papéis não tornaria o mundo igual, mas que apenas a compreensão de que a desconstrução destas “essências” e roteiros podem engendrar mudanças estruturais.

Como exemplo do acima exposto, uma das líderes participantes, a Maria Salete, quando entrevistada e durante a oficina, trouxe aspectos de como se naturalizam estas condições de vida da mulher. O seu relato demonstra o quanto seguimos *scripts* até que percebemos como somos sujeitadas à repetição de um discurso que pretende dizer sobre nós, mas não por nós. Em sua explanação, Maria percebe que foi no decorrer de sua participação no Curso de Promotoras Legais Populares que ela conseguiu perceber-se e buscar ser a escritora de sua própria história.

Aí eu comecei a me identificar, a história da minha mãe, a história das minhas tias, a história da minha vó... aquele sofrimento, aquela, toda aquela questão do machismo, a minha história... ela era gritante dentro daquele curso, sabe.. Eu me enxergava em todas aquelas coisas e ali eu vi que eu podia mudar minha história... E foi dentro do curso das promotoras legais que eu encontrei esse objetivo, de mudar minha história, através da mudança da minha história mudar a história dos meus filhos (Maria Salete, 2019).

Citamos ainda o caso da jovem Kathielly, 24 anos, que foi uma das participantes do curso. Ela mora na Ocupação Vida Nova, ao lado do campus, e é vice-presidente da associação da ocupação. Ela contou que teve dificuldades para fazer com que o filho pudesse participar das aulas de balé na escola de educação infantil. Traz relatos de como o marido é elogiado por levar o filho nas aulas que frequenta e a crítica que ela recebe sobre “fazer a criança passar por isso”. Neste contexto, funções relacionadas ao cuidado, higiene e alimentação constituem parte de um roteiro descrito e naturalizado da mulher, ao passo em que exercidas de maneira gratuita no espaço doméstico ou mal remuneradas em outros espaços, retiram as mulheres do espaço público.

Em que pese muitas experiências trazidas ao curso que dão conta de uma outra postura das mulheres presentes, que estudam, trabalham e dividem seus afazeres com companheiros, estes nem tão dispostos assim a dividi-los. Muito embora estas falas apareçam fora de contextos mais progressistas e com acesso a alguma informação, em geral, provocados por feministas, a prática se mantém. Até mesmo as instituições aparecem generificadas, mantendo uma função de padronizar e manter comportamentos normatizados, conforme podemos observar no exemplo trazido por Kathielly e debatido sobre outras situações do nosso cotidiano.

A presença feminina na história mundial passa a ser evidenciada com a disseminação dos estudos feministas, que trazem à visibilidade a partir de pesquisas mais ou menos recentes, o papel da luta de diversas mulheres frente a fatos e histórias de relevante importância. Desta forma, muitas personagens acabam sendo resgatadas e nominadas, alternando efetivamente o curso das mais variadas ciências ao introduzi-las como sujeitos históricos. Antes invisíveis, elas começam a aparecer. Mundialmente, a presença das mulheres no mundo da ciência, nas universidades e o resgate por uma outra história introduziu novas perspectivas políticas. Gradativamente, a análise histórica do movimento feminista demonstra o rompimento com alguns paradigmas epistemológicos e conceituais iniciais e a ampliação das pautas atuais mediante a inclusão de temáticas relacionadas a interseccionalidade entre gênero, classe, raça, geração, entre outras.

Passou-se à compreensão de que a esfera política e pública são generificadas, ou seja, representadas e significadas a partir das características consideradas masculinas e passa-se a entender o quanto é importante a emergência das mulheres ao campo da vida pública, no sentido dos debates que foram travados a partir de uma perspectiva feminista e inserindo novos conjuntos de práticas e valores de referência.

Com o escopo destes estudos, utilizamos, na Oficina 1, a técnica do relógio como promotora da reflexão sobre como as mulheres ganharam o mundo em parte, mas o quanto elas deixam de estar lá pelo excesso de atribuições que ainda fazem parte do seu cotidiano. Questões relacionadas à privatização do cuidado, à naturalização do que é função feminina - e a violência com que se trata aquelas que “fogem” a esta regra - e a falta de condições estruturais que garantam que as mulheres ocupem o espaço público foram trazidas ao debate.

Esta construção social impacta na conjunção de um espaço público ausente de mulheres, enquanto naturaliza e privatiza o trabalho doméstico e do cuidado como “essencialmente” femininos. O trabalho doméstico não remunerado e seu impacto na produção capitalista vem à tona.

[...] as pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas, e portanto questões de relevância política. Além de serem fatores centrais na estrutura de gênero da sociedade de maneira mais ampla, sua manutenção não pode ser explicada sem a referência a elementos da esfera não-doméstica, como a segregação e a discriminação sexuais correntes na força de trabalho, a escassez de mulheres nas altas rodas da política e a pressuposição estrutural de que trabalhadores e ocupantes de cargos políticos não são responsáveis por cuidar das crianças (OKIN, 2008, p.315).

Durante o encontro, problematizamos a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres, em especial, no âmbito da política. Propomos o debate sobre a ocupação deste espaço demonstrando quais agenciamentos e como o discurso de representação dominante, branca, masculina e heteronormativa utiliza quando mulheres vêm ao espaço público construir uma nova agenda pautada em suas próprias trajetórias. Conseguimos trabalhar o quanto as mulheres eram invisibilizadas na (sua própria) história e o quanto estes ambientes - político e midiático - impregnados de masculinidades agressivas tentam recolocar a mulher na esfera do privado.

Estes aspectos todos estão imbricados nas lutas comunitárias por conquistas de equipamentos e serviços públicos precarizados, pela falta de atenção a estas pessoas só visibilizadas na mídia e na sociedade a partir dos atos de vulnerabilidade e violência narrados sobre si.

Oficina 2 - Trajetórias de empoderamento e lugar de fala

Com o título "Trajetórias de Empoderamento e Lugar de Fala", esta oficina teve como foco a constituição histórica dos movimentos feministas e dos estudos sobre as mulheres. Sem pretender esgotar os diversos aspectos dos movimentos de mulheres, abordamos na oficina os feminismos liberal, marxista, radical e interseccional, e suas interlocuções com as ondas feministas, bem como a evolução dos estudos de gênero e sua articulação com as temáticas trabalhadas no primeiro e neste segundo encontro. A constituição da linha do

tempo e a abordagem dos diferentes movimentos feministas deu início à discussão sobre trajetórias, lugar de fala e empoderamento. A filósofa Djamila Ribeiro (2017, p.61) trata do tema do lugar de fala e destaca:

Como explica Collins, quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades.

Neste sentido, para além das experiências individuais que trazem narrativas simbólicas dentro de uma perspectiva de sujeito individual, os lugares de fala dizem mais sobre experiências coletivas de grupos que vivenciam contextos sociais similares pelo atravessamento de diversos aspectos estruturais. Assim, ao trazer as narrativas de si através das trajetórias de mulheres que atuam como referência dentro de grupos comunitários, a proposta buscou dar visibilidade e construir uma história baseada em perspectivas diversas de ser e estar no mundo, mas convergentes em vários sentidos pelas intersecções constituídas social, cultural, política e historicamente. Estas mulheres, muitas vezes, reproduzem os scripts de gênero, porque estes estão introjetados nos mais diversos aparatos culturais, mas de alguma forma tem como característica comum a busca pelo constante aperfeiçoamento do seu conhecimento, seja territorial, comunitária ou conceitualmente. Este conhecimento não é valorizado ou reconhecido, mas sofre tentativas de silenciamento e subalternização por estruturas hegemônicas de poder.

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente. Isso, de forma alguma, significa que esses grupos não criam ferramentas para enfrentar esses silêncios institucionais, ao contrário, existem várias formas de organização políticas, culturais e intelectuais. A questão é que essas condições sociais dificultam a visibilidade e a legitimidade dessas produções (RIBEIRO, 2017, n.p. 63).

As participantes do curso trouxeram relatos sobre como percebiam a intersecção de diversos tipos de opressão no seu cotidiano, seja em relação à raça, classe social e até mesmo de origem territorial, pois são moradoras do bairro Restinga, abordando fatos da vida real e como lidam/ram com estas questões de maneira individual e coletiva. Outro importante tema

que apareceu foi sobre como os movimentos sociais são importantes para que as trajetórias de mulheres mais jovens possam ser, em parte, diferenciadas em relação à vida das mulheres mais velhas.

Enquanto coordenadora de Conselho Municipal, eu tô discursando lá na frente, discutindo com secretário, mostrando para ele onde é que tá errado o atendimento, e tu escutar atrás de ti uma médica dizer, mas essa empregada doméstica discutindo com o secretário? Assim sabe, as pessoas quando tu não tem um DR na frente, as pessoas te menosprezam por aquilo. Isso, as pessoas desconhecem que tu não tem uma faculdade, tu não tem diploma mas tu tem conhecimento da vida (Djanira, 2019).

Esta fala da Djanira na entrevista preparatória ao curso é recorrente entre a maioria dos relatos de lideranças comunitárias. O quanto suas falas são contestadas e invisibilizadas em detrimento de um conhecimento técnico e acadêmico. São relações de poder exercidas no sentido de enfraquecer um conhecimento diferente ou não institucionalizado. Ela comentou sobre a invisibilidade com que a comunidade foi tratada na luta em prol do hospital da Restinga num ato de comemoração dos 5 anos do hospital, realizado no mesmo dia desta oficina. A Cláudia, liderança, também trouxe a experiência dela no sentido de ter questionada a legitimidade da sua fala em virtude de um conhecimento que não seria autorizado nem legitimado por falta de um diploma.

Hoje eu posso discutir com qualquer assessor de governo sobre aquilo que eu participei na área da Educação, da Habitação e da assistência quase que de igual pra igual. E eles não aceitam isso. Porque eu fui aprendendo. Tanto que agora há pouco tempo um rapaz me disse assim, mas se eu te perguntar tal coisa, não vou nem entrar no mérito disso... Tu vai saber me dizer? Sim. Mas tu sabe? Tipo assim um equipamento público né, especificamente. Ah tu sabe o que precisa ali e tal? Sei. Ele ficou me olhando assim.. como assim tu sabe...Porque hoje eu sou conselheira de tal segmento. E sem querer tu vai aprendendo (Cláudia, 2019).

A fala de Cláudia vai ao encontro da problemática apresentada por RIBEIRO (2017, n.p), a qual enfatiza que:

Não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a

hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (RIBEIRO, 2017, n.p).

A proposta do trabalho foi promover o reconhecimento institucional destes saberes, destas trajetórias, valorizando-os e trazendo-os à visibilidade e à legitimidade, tornando-os sujeitos de direitos e de existência, a partir de suas próprias falas. A importância do acesso aos espaços institucionalizados implica numa narrativa composta também por outras vozes que falam de outro lugar. Neste sentido, a escuta dos relatos pelos quais estas mulheres e jovens vivenciaram acabou sendo a centralidade desta oficina.

Articulando tal escuta como os estudos realizados por Srilatha Batliwala (1997), destaco que, embora sendo muito utilizado hoje, não raras vezes a abordagem do conceito de empoderamento ocorre de maneira superficial para promover ações que não buscam a transformação social, que seria imanente à própria existência do termo. Cabe destacar que a palavra empoderamento se traduz em ações que vão do espectro individual ao coletivo de reconhecimento da estrutura social e das opressões que a mulher sofre à realização de ações de mudança desta situação.

O processo de empoderamento se dá no nível pessoal, a partir das “provocações” que são levadas a conhecer sobre as relações de poder que subjagam a mulher e a levam a agir no âmbito de sua vida pessoal, mas também coletivamente na estrutura social. Ele objetiva romper com o paradigma da sociedade patriarcal sobre o qual as vidas das mulheres estão constituídas, trabalhando a partir da tomada de consciência sobre as discriminações e representações com as quais são formadas desde o nascimento. Segundo Batliwala (1997, p.193)¹²⁸:

As metas do empoderamento das mulheres são desafiar a ideologia patriarcal (dominação masculina e subordinação da mulher), transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade social (a família, a raça, a classe, a religião, os processos educativos e as instituições, os sistemas e práticas de saúde, as leis e os códigos civis, os processos políticos, os modelos de desenvolvimento e as instituições governamentais) e capacitar as mulheres pobres para que consigam acesso e controle da informação e dos recursos materiais. Desta maneira, o processo de empoderamento tem que ser aplicado a todas as estruturas e fontes de poder relevantes.

¹²⁸ Tradução livre da autora.

Os processos de empoderamento fazem-se necessários enquanto a estrutura social em que vivemos não nos permite uma perspectiva de vida com justiça social e equidade de gênero. Sobretudo, o conceito de empoderamento não visa alterar a posição de poder existente nas relações realizando uma troca de posições, mas estabelecer uma situação de igualdade e produzir novas relações de poder. Em alguns excertos das entrevistas preparatórias, podemos perceber nos relatos a diferença empírica relacionada a esta condição. Almerinda é a primeira presidente da Associação de Moradores de uma das localidades na Restinga, e traz uma reflexão sobre o assunto.

Foram sete presidentes homens, eu sou a única mulher (...) A gente busca, a gente enfrenta, a gente debate, a gente é diferente, é mais, assim, humanitário, mais carinhoso, a gente conquista as falas, a gente conquista as coisas e a gente consegue buscar as coisas do que um homem não consegue fazer. Porque às vezes o homem já tem que aquela coisa assim de machismo, de poder. Nós não, já temos aquele lado feminino, de conversar, de sentar, de dialogar, de não brigar (Almerinda, 2019).

Embora seja possível perceber em algumas dessas falas a presença dos scripts de gênero, em particular, relacionadas a definição do que é ser feminino (conversar, sentar, dialogar) e masculino (machismo, poder) os estudos de gênero demonstram que a própria estrutura social promove e agencia os corpos e suas representações, com o objetivo de manter o sistema de privilégios e opressões, e o processo de reconhecimento destes agenciamentos se constitui num processo contínuo de desconstrução cotidiana. Ainda, o processo de empoderamento não pode ser dado a alguém, ou seja, se configura como um processo, individual, de reconhecimento das condições e sistemas que mantêm situações de opressão e domínio. Embora este processo seja individual ele demanda que as estruturas de dominação sejam evidenciadas, ou seja, ele pode e deve ser facilitado pelas mais diversas formas, em especial, com o conhecimento e desconstrução dos paradigmas opressores em que vivemos desde que nascemos.

Os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas e etc., é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista (BERTH, 2018, n.p).

A partir de algumas imagens e frases, baseadas no senso comum, problematizamos estes conceitos de empoderamento junto às participantes. Presenciamos potentes relatos de vida e de experiências diversas. Ressaltamos a importância de reconhecer-se como ser humano protagonista dentro de cada construção identitária e faz parte do processo de empoderamento individual e coletivo de resistência. Assim, as participantes foram falando de si.

Entre tantos relatos ao longo da oficina 2 tivemos certa dificuldade em seguir a proposta para o encontro. Em alguns momentos, as narrativas acabaram sendo muito mais pertinentes e potentes neste grupo do que trabalhar a partir de dinâmicas. As temáticas que tínhamos a intenção de trabalhar foram trazidas ao longo da roda de conversa que promovemos em virtude da necessidade de fala e de escuta entre as participantes do curso, num processo de reconhecimento deste empoderamento.

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente, um entendimento sobre a sua condição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor (BERTH, 2018, n.p).

Aqui cabe refletir de que esta mudança não pode ser trabalhada por sujeitos que não se reconhecem detentores deste poder de resistência e de atuação e, portanto, iniciativas como a deste curso acabam por propiciar momentos de despertar. Assim como outros termos dos estudos de gênero, empoderamento é um termo político, social, engajado. Pressupõe uma quebra de paradigmas nos quais se sustenta a sociedade capitalista e patriarcal e que agencia os sujeitos desde o seu nascimento.

Com o fim de desafiar sua subordinação, as mulheres, primeiro, tem que reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina e, segundo, entender como esta perpetua sua opressão. Este reconhecimento entrinha o questionamento dos valores e atitudes que a maioria das mulheres internalizaram desde a infância. Tem que ter em conta que as mulheres foram levadas a participar de sua própria opressão através de um tecido complexo de sanções religiosas, tabus sociais e culturais, superstições, hierarquias entre as mulheres no interior da família, condicionamentos, retraimentos, ocultamentos, limitações da mobilidade física, discriminação de alimentos e outros recursos familiares e controle de sua sexualidade

(incluídos conceitos como "boa" e "má" mulher)" (BATLIWALA, 1997, p. 196)¹²⁹.

Pra começo de conversa: uma nova rede se forma

Mais do que a proposta de um curso pronto de extensão, o estudo culminou em espaços de escutas e de falas, de formação e de trocas baseados nas experiências de quem normalmente é narrada. Compreender as mulheres, no sentido plural, implica escutá-las a partir de suas histórias diversificadas, com vivências e leituras da vida singulares, mas que convergem em diversos pontos. As ações desenvolvidas buscaram promover o empoderamento de adolescentes e jovens do bairro e a consequente ocupação de espaços públicos e coletivos, e, com isso, contribuindo para mais mulheres atuarem como protagonistas nas suas trajetórias de vida individuais e coletivas.

Esta pesquisa trouxe ainda em sua potencialidade a visibilidade às trajetórias de vida de lideranças comunitárias femininas do bairro Restinga, sua importância para as comunidades, com base nos seus relatos e compartilhamento de saberes e experiências. Foi oportunizado um espaço formativo para mulheres, algumas já com alguma caminhada comunitária, com base nos saberes e experiências compartilhados pelas líderes comunitárias femininas do bairro Restinga. Conseguimos estabelecer ainda um espaço de empoderamento feminino individual e coletivo e com potencial de ser um propulsor de políticas públicas para as mulheres. Portanto, os objetivos propostos foram alcançados, ou seja, de alguma forma compartilhamos inúmeros conhecimentos com esta comunidade e pretendemos dar seguimento ao trabalho de maneira coletiva e colaborativa, ampliando parcerias, institucionalizando-as a partir de convênios e reproduzindo novas edições com as mesmas ou novas protagonistas.

Destacamos que foi unânime a avaliação sobre a importância da promoção de espaços formativos, nos quais sejam potencializadas as trocas, a fala e a escuta, como este, com temáticas propostas e relacionando conceitos ao cotidiano das mulheres. Logo, a sistematização da pesquisa mediante a produção de uma cartilha buscou inspirar e subsidiar outras iniciativas que promovam a interlocução entre a academia e o cotidiano das mulheres. Entendemos que, na atual conjuntura, é de extrema importância em tempos escassos de

¹²⁹ Tradução livre da autora.

coletividades e com excessos de faltas. São as micropolíticas do cotidiano, as alianças e afetos que nos farão resistir a mais um período de incertezas e de inseguranças, em especial no tocante às mulheres. Os estados autoritários sempre são patriarcais por natureza e sua resistência precisa repensar por quais vias produzirá novas formas e relações. Segundo Batliwala (1997, p.209), *“os estados teocráticos, militares ou de outra classe de autoritarismo, baseados em ideologias de dominação e subordinação de gênero, não permitirão que os movimentos de empoderamento radicais das mulheres sobrevivam.”*¹³⁰ Cabe a nós traçarmos as estratégias de resistência.

Outra ponderação que é importante fazer sobre o número expressivo de adesões (26 interessadas inscritas) mas a dificuldade de participação efetiva (reduzido número de mulheres que efetivamente conseguiram estar presentes nos encontros). Percebemos cotidianamente muitos entraves para a consolidação dos espaços coletivos de participação, os quais acabam sendo esvaziados por políticas de governos neoliberais e autoritários, que reforçam violências e extremismos e retiram condições sociais que permitam uma participação mais efetiva. No caso das mulheres, percebemos que a tripla jornada de trabalho e/ou demandas pautadas em scripts de gênero, acabam limitando o tempo para a participação e restringindo o acesso a espaços coletivos. Neste sentido, precisamos, intensificarmos a oferta de tais espaços de trocas, parcerias e outras ações e metodologias voltadas às mulheres, de forma que se sintam empoderadas para assumirem a liderança nas comunidades nas quais estão inseridas.

É preciso ficar atento para o peso da cultura patriarcal que poderá colocar mais ou menos empecilhos (assimetrias e segmentação do mercado, de setores e ocupações, divisão sexual do trabalho) ao acesso das mulheres à esfera pública e ao mercado de trabalho. Nessa linha de reflexão, preconiza-se que para desafiar a sua subordinação, as mulheres, primeiro têm que reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina, e, segundo, entender como se perpetua sua opressão. Esse reconhecimento questiona os valores e as atitudes que a maioria das mulheres vem internalizando em seus processos de socialização, desde crianças (CRUZ, 2018, p.40).

Este processo de empoderamento está presente em nossos cotidianos, mas são invisibilizados, subalternizados e silenciados por práticas e procedimentos institucionais, políticos e intelectuais. Logo, torna-se relevante a continuidade de iniciativas, tais como o

¹³⁰ Tradução livre da autora.

curso proposto, o que implica aprofundar a pesquisa-ação para compreender de que forma os espaços formativos com mulheres atuam para o desenvolvimento de ações de promoção à cidadania e à cultura política. Para tanto, é imprescindível que tenham como foco as trajetórias de vida de mulheres, oportunizando espaço institucional e acadêmico aos saberes construídos nessas experiências e potencializando seus lugares de fala.

A maior participação de mulheres em ações comunitárias e institucionais têm o potencial de gerar uma maior equidade de gênero, promovendo novos formatos, pedagogias, reflexões e ações que acarretem numa outra perspectiva de nos situarmos naquela comunidade. É inegável que nossa instituição possui alguns espaços ainda excessivamente desiguais, em que a violência está mesmo na própria representação e representatividade. Fazer conhecer a si mesmas enquanto detentoras de um conhecimento válido, importante, reconhecendo e valorizando suas trajetórias, empodera essas mulheres, estudantes ou futuras estudantes do Campus Restinga, na busca pelo seu lugar de protagonismo. É necessário que as discussões relacionadas aos privilégios e opressões de gênero e raça extrapolem os espaços restritos e restringidos dos núcleos institucionais e promovam uma desacomodação destas forças.

A educação profissional ainda tem um longo caminho a percorrer em busca desta equidade. E espaços de formação de mulheres que se entendam poderosas, potentes e, em especial, quais são os seus direitos, são essenciais para promoção de uma maior diversidade tanto de saberes e conhecimentos quanto de diversificação em sua comunidade. As ações afirmativas fazem sentido quando produzem significado e ecoam internamente, mas principalmente quando geram novos percursos institucionais. O espaço proposto, além disso, é um espaço de escuta e de acolhimento, em que muitas vezes reconhecemos no coletivo a potência para a necessária transformação social, em especial, na quebra de barreiras que hoje são motivos de larga evasão e baixa adesão a alguns cursos na educação profissional.

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152.

BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: **En Magdalena León, Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santa Fé de Bogotá: T/M Editores, 1997, pp. 187-211.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** (Feminismos Plurais). Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2018. Edição do Kindle.

CRUZ, Maria Helena Santana. O empoderamento das mulheres. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.101-114, jan./jun. 2018.

FELIPE, Jane. Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (organizadoras). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre/RS: Editora Evangraf, 2019. p. 238 - 250.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie et al (organizadoras). **Tem saída?** Porto Alegre: Editora Zouk, 2017. p. 89- 95.

HOOKS, bell. (2014). Não sou eu uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo. Tradução livre para a **Plataforma Gueto**. Janeiro. [online]. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-umamulher_traduzido.pdf . Acesso em 01 de julho de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, p. 305-332, maio-agosto/2008.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** (Feminismos plurais). Belo Horizonte, MG: Editora Letramento: Justificando, 2017. Edição do Kindle.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, 20(2):71-99, jul./dez., 1995.

SOUSA, Sávia Lorena Barreto Carvalho de; NERY, Inez Sampaio. Peso de ser mulher: as políticas públicas na conciliação entre lar e trabalho. **Revista FSA**, Teresina, PI., v.16, n.2, art. 16, p. 296-317, mar./abr. 2019.

Data do envio: 11/11/2019

Data do aceite: 17/06/2020.